

## AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Nome:

Inscrição:



Fraudar ou tentar  
fraudar Concursos  
Públicos é Crime!  
Previsto no art. 311-A  
do Código Penal



### Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

### Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

### Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC ([www.igeduc.org.br](http://www.igeduc.org.br)), conforme previsto no Edital.

### Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

## CONHECIMENTOS GERAIS

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.**

Maria é uma vereadora experiente na Câmara Municipal de Sertânia e recentemente foi eleita Presidente da Comissão de Justiça e Redação. Ela está revisando o Regimento Interno para garantir que todas as suas ações estejam em conformidade com as normas estabelecidas.

Maria está se preparando para liderar sua primeira reunião como Presidente da Comissão de Justiça e Redação e precisa esclarecer alguns procedimentos.

[https://www.sertania.pe.leg.br/wp-content/uploads/2024/07/Regimento-Interno-da-Camara-ATUALIZADO\\_compressed.pdf](https://www.sertania.pe.leg.br/wp-content/uploads/2024/07/Regimento-Interno-da-Camara-ATUALIZADO_compressed.pdf)

1. A Comissão de Justiça e Redação tem a responsabilidade de aprovar a nomeação de autoridades para cargos municipais.
2. A Comissão de Justiça e Redação pode deliberar sobre o uso dos símbolos municipais.
3. A Comissão de Justiça e Redação pode intervir em questões relacionadas ao regime jurídico e previdência dos servidores municipais.
4. A Comissão de Justiça e Redação pode analisar projetos de emenda à Lei Orgânica do Município.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 5 a 8.**

Carlos, novo Secretário da Câmara Municipal de Sertânia, está familiarizando-se com suas novas atribuições e responsabilidades. Ele está estudando o Regimento Interno para entender melhor as funções que precisará desempenhar.

Carlos está se preparando para suas funções como Secretário e quer confirmar suas responsabilidades conforme descritas no Regimento Interno.

[https://www.sertania.pe.leg.br/wp-content/uploads/2024/07/Regimento-Interno-da-Camara-ATUALIZADO\\_compressed.pdf](https://www.sertania.pe.leg.br/wp-content/uploads/2024/07/Regimento-Interno-da-Camara-ATUALIZADO_compressed.pdf)

5. O Secretário deve superintender a redação das atas das reuniões e sessões.
6. O Secretário não pode ser substituído em caso de ausência durante uma sessão.
7. O Secretário deve receber e fazer a correspondência oficial da Casa, exceto a das Comissões.

8. O Secretário pode usar a palavra durante as sessões para fazer a chamada dos vereadores e a contagem dos votos.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 9 a 12.**

### Vida em Marte? Nasa encontra pistas no planeta vermelho

A Nasa divulgou nesta quinta-feira, 25, uma nova descoberta do rover Perseverance, o "geólogo sobre rodas" da agência espacial, que está em Marte desde 2020 para buscar por sinais de vida microbiana no planeta vermelho.

"O Perseverance encontrou uma rocha fascinante que apresenta sinais de que pode ter abrigado vida microbiana há bilhões de anos, porém, mais pesquisas são necessárias", diz o comunicado.

Instrumentos a bordo do rover captaram sinais de que a rocha possui características que se encaixam na definição de "possível indicador de vida antiga". No entanto, outras possibilidades estão no radar da equipe científica da agência espacial norte-americana.

Nicola Fox, administradora associada da Diretoria de Missões Científicas da Nasa em Washington, relata detalhes da missão: "Desenhemos a rota do Perseverance para garantir que ele vá a áreas com potencial para amostras científicas interessantes. Essa viagem pelo leito do rio Neretva Vallis valeu a pena, pois encontramos algo que nunca vimos antes, o que dará aos nossos cientistas muito o que estudar."

Cheyava Falls, nome dado a rocha, é o objeto "mais intrigante, complexo e potencialmente importante que já investigamos", disse Ken Farley, cientista do projeto Perseverance do Caltech em Pasadena.

<https://forbes.com.br/forbes-tech/2024/07/vida-em-marte-nasa-encontra-pistas-no-planeta-vermelho/>

9. Infere-se do texto que a rota do Perseverance é planejada para maximizar a coleta de amostras científicas interessantes.
10. De acordo com o texto, o rover Perseverance está em Marte desde 2020 para buscar sinais de vida microbiana.
11. É possível afirmar que a rocha Cheyava Falls foi imediatamente confirmada como prova de vida antiga em Marte.
12. Depreende-se do texto que a rocha chamada Cheyava Falls é considerada pela equipe da Nasa o objeto mais importante já investigado pelo Perseverance.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 13 a 16.**

### **Obesidade no Brasil e o alerta para mais casos de câncer**

A última edição do Congresso Internacional sobre Obesidade, realizado no mês de junho, em São Paulo, trouxe números alarmantes sobre o Brasil. Infelizmente, no entanto, os dados não surpreendem e comprovam a tendência que outras pesquisas já vinham mostrando. Quase metade dos adultos brasileiros estará obesa e outros 27% estarão com sobrepeso em 20 anos. Serão aproximadamente 130 milhões de brasileiros acima do peso, até 2044.

Atualmente, 56% dos adultos brasileiros já enfrentam problemas de peso, com 34% classificados como obesos e 22% como com sobrepeso. A prevalência de obesidade no Brasil quase dobrou entre 2006 e 2019, evidenciando uma tendência preocupante e acelerada. Especialistas referem-se a essa situação como uma 'epidemia' de obesidade e alertam para a necessidade urgente de intervenções governamentais focadas em políticas de prevenção.

Um dado ainda mais espantoso é o crescimento da obesidade infantil. Atualmente, existem mais crianças obesas ou com sobrepeso do que desnutridas no mundo. O excesso de peso em qualquer fase da vida é preocupante, mas durante a infância, quando hábitos e preferências alimentares são formados, o impacto é ainda mais significativo. Nesse contexto, o papel dos adultos é fundamental, pois são eles que devem estabelecer exemplos de alimentação e hábitos saudáveis, como o consumo de legumes, verduras e frutas, evitar bebidas açucaradas e promover a atividade física.

A obesidade está diretamente ligada a uma série de doenças graves, incluindo doenças cardiovasculares, metabólicas, neurológicas, psiquiátricas e diversos tipos de câncer. Estudos mostram que a obesidade aumenta o risco de pelo menos 13 tipos diferentes de câncer, incluindo câncer de mama pós-menopausa, câncer colorretal, câncer de endométrio, câncer de rim e câncer de pâncreas.

Indivíduos obesos têm uma maior probabilidade de desenvolver câncer devido a fatores como inflamação crônica, níveis elevados de insulina e alterações hormonais. Essa relação sublinha a necessidade de medidas urgentes e eficazes para combater a obesidade.

<https://forbes.com.br/forbessaude/2024/07/fernando-maluf-obesidade-no-brasil-e-o-alerta-para-mais-casos-de-cancer/>

**13.** Infere-se do texto que a obesidade não está relacionada ao aumento do risco de desenvolver câncer.

**14.** É possível afirmar que especialistas consideram a situação de obesidade no Brasil uma 'epidemia' e veem a necessidade de intervenções governamentais para

prevenção.

**15.** De acordo com o texto, atualmente 34% dos adultos brasileiros estão com sobrepeso e 22% são obesos.

**16.** Depreende-se do texto que o Brasil tem uma das menores taxas de obesidade infantil do mundo.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 17 a 20.**

Muitos classificam os editores de textos mais complexos de processadores de texto, no caso do WordPad e Word (Windows) e Writer (do pacote LibreOffice, do Linux).

[https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte\\_informatica\\_basica.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte_informatica_basica.pdf)

**17.** Na opção Visualizar impressão: para visualizar várias páginas, diminua o zoom. Este recurso encontra-se no canto inferior direito da tela, na Barra de status.

**18.** No Word a ferramenta Referência cruzada cria automaticamente um vínculo com itens como títulos, tabelas e figuras dentro do texto.

**19.** No Word a Barras de status – localiza-se no rodapé da tela, ela mostra a quantidade de páginas, a quantidade de palavras, o idioma, os modos de exibição de um documento: Layout de impressão, Leitura de tela inteira, Layout de web, Estrutura de tópicos e Rascunho e o Zoom.

**20.** É possível copiar apenas a formatação de um texto para outro local de texto do documento. No Word, selecione o texto com a formatação desejada, vá para a guia Página inicial e, no grupo Área de transferência, clique na ferramenta Pincel de formatação, em seguida, selecione o texto de destino e aplique a formatação.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 24.**

A Administração pública é permeada de princípios que regulam a atuação do administrador. Como regra, enquanto ao particular é dado fazer tudo que a lei não proíbe, a administração somente pode atuar nos limites do que a lei autoriza.

Considerando o contexto apresentado, acerca dos princípios da Administração Pública, julgue os itens a seguir:

21. Os princípios da razoabilidade e proporcionalidade são considerados princípios implícitos da Administração Pública.

22. Todos os princípios previstos no Art. 37, da Constituição Federal, foram instituídos pelo Constituinte originário.

23. São princípios da Administração Pública previstos expressamente na Constituição Federal a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

24. O princípio da motivação, segundo o qual se exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, não é adotado no Direito brasileiro.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 25 a 28.**

Acerca das previsões contidas na Constituição Federal sobre a Administração Pública e sua regulamentação, julgue os itens subseqüentes:

25. Os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros, em nenhum caso.

26. A criação de autarquias depende de Lei específica, que estabelece não apenas a estrutura organizacional e as competências do novo ente, mas também assegura autonomia administrativa e financeira, permitindo que operem com eficácia dentro do marco regulatório estabelecido pelo governo.

27. O prazo de validade de um concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

28. Os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público devem ser previstos em Lei Complementar.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 29 a 32.**

No que se refere ao tratamento conferido aos Municípios pela Constituição Federal, julgue os próximos itens:

29. O Prefeito possui foro de prerrogativa de função no Superior Tribunal de Justiça.

30. A Lei Orgânica Municipal deve ser votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

31. A Constituição Federal não previu hierarquia entre os entes federados, mas, apenas, efetuou a divisão de competências, de modo que nem é dado à União usurpar temas municipais, como vice-versa.

32. O Município é pessoa jurídica de direito público interno com a natureza de entidade político-administrativa, dotada de autonomia política, administrativa e financeira.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 33 a 36.**

A Constituição Federal previu, em seu texto, hipóteses em que não é dado ao legislador altera-la, denominando-se esses temas "intocáveis" da Carta Magna como cláusulas pétreas. Sobre esse tema, julgue os itens apresentados a seguir:

33. A forma federativa do Estado é considerada uma cláusula pétrea.

34. Os direitos e garantias individuais não são considerados cláusulas pétreas, o que se comprova diante das sucessivas alterações no Art. 5º, da Constituição Federal.

35. A separação de poderes é uma cláusula pétrea implícita no conceito da forma federativa do Estado, o que dispensou sua previsão expressa na Constituição Federal.

36. Uma emenda constitucional que tivesse por objeto abolir o voto obrigatório violaria, por certo, uma cláusula pétrea.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 37 a 40.**

A Administração Pública, no exercício de seu múnus constitucional, precisa prestar serviços a todos os cidadãos. Para tanto, é comum que celebre contratos com particulares para atendimento de suas finalidades públicas e institucionais. São os chamados contratos administrativos.

Julgue os itens a seguir, a respeito do texto acima.

**37.** Os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado são aplicáveis supletivamente aos contratos administrativos.

**38.** A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

**39.** Nas hipóteses de dispensa de licitação em razão do valor, a celebração de contrato administrativo é obrigatória.

**40.** É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 41 a 44.**

A Constituição Federal atribuiu diversas prerrogativas à Administração Pública, mas, antecipando-se às possibilidades de sua malversação, estabeleceu diversas modalidades de controle, a fim de preservar os princípios administrativos mais basilares.

Considerando o contexto apresentado, julgue os itens a seguir:

**41.** É impossível a realização de controle judicial sobre os atos políticos.

**42.** A supervisão ministerial é uma espécie de controle administrativo realizada pelo Poder Executivo.

**43.** Quanto ao órgão que exerce o controle, ele pode ser administrativo, legislativo ou judicial.

**44.** O Poder Judiciário é o órgão que, por excelência, exerce o controle de mérito dos atos administrativos.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 45 a 48.**

"O legislador constituinte originário criou mecanismos por meio dos quais se controlam os atos normativos, verificando sua adequação aos preceitos previstos na 'Lei Maior'" (LENZA, 2019). A esse conjunto de mecanismos, mencionado pelo citado doutrinador, deu-se o nome de controle de constitucionalidade.

Tendo o fragmento de texto acima como referência e considerando a amplitude do tema que ele aborda, julgue os itens subsequentes:

**45.** A via difusa do controle de constitucionalidade é ampla e irrestrita, permitindo, inclusive, que órgãos de controle, como o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e até mesmo o Tribunal de Contas da União declarem uma Lei inconstitucional.

**46.** O direito brasileiro admite amplamente o fenômeno da constitucionalidade superveniente.

**47.** O veto presidencial, quando motivado por razões de inconstitucionalidade, pode ser considerado como uma hipótese de controle de constitucionalidade político.

**48.** O sistema incidental de controle de constitucionalidade será sempre pela via difusa, ao passo que o sistema concentrado será sempre pela via abstrata ou direta. Não há, no direito brasileiro, hipótese de controle concentrado incidental.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 49 a 52.**

No que se refere às modalidades de controle da Administração Pública previstas na Constituição Federal, julgue os próximos itens:

**49.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

**50.** Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

**51.** Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

**52.** As decisões do Tribunal de Contas que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 53 a 56.**

O Direito brasileiro adotou a modalidade de jurisdição una, de modo que a possibilidade de se recorrer ao Poder Judiciário não pode ser afastada.

No que se refere aos aspectos do controle jurisdicional dos atos administrativos, julgue os itens apresentados a seguir:

**53.** Em nenhuma situação os atos interna corporis da Administração Pública poderão ser apreciados pelo Poder Judiciário.

**54.** Acerca da interferência do Poder Judiciário nas políticas públicas, é correto afirmar que tal corrente não possui adeptos no direito brasileiro, sendo sempre uma interferência considerada indevida.

**55.** O Poder Judiciário pode apreciar o motivo do ato administrativo.

**56.** O Poder Judiciário pode realizar o controle de legalidade do ato administrativo, mas não da moralidade.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 57 a 60.**

Acerca do controle parlamentar exercido sobre os atos da Administração Pública, julgue os itens a seguir:

**57.** O julgamento, pelo Senado Federal, do Presidente da República pelos crimes de responsabilidade não é considerado pela doutrina como uma espécie de controle.

**58.** A convocação de um Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, é uma espécie de controle exercida pelo Poder Legislativo.

**59.** O Poder Legislativo exerce basicamente dois tipos de controle: o político e o financeiro.

**60.** O controle financeiro realizado pelo Poder Legislativo conta com o auxílio do Tribunal de Contas.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 61 a 64.**

Os Tribunais de Contas exercem importante controle

sobre a Administração Pública brasileiro, sendo extremamente relevantes suas atividades institucionais para a garantia dos princípios administrativos.

Considerando o contexto apresentado, julgue os itens a seguir:

**61.** O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

**62.** O Tribunal de Contas da União poderá sustar ato administrativo caso o órgão não adote as providências determinadas.

**63.** O Tribunal de Contas da União poderá sustar contrato administrativo caso o órgão não adote as providências determinadas, em qualquer caso.

**64.** A função de consulta do controle externo exercida pelo Tribunal de Contas da União se manifesta na emissão de parecer prévio acerca das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 65 a 68.**

Acerca da definição do Direito Administrativo, muitas foram as tentativas de encontrar um conceito, gerando diversos critérios, alguns apenas com valor histórico, conforme aponta a doutrina (DI PIETRO, 2020).

Tendo o fragmento de texto acima como referência e considerando a amplitude do tema que ele aborda, julgue os itens subsequentes:

**65.** O critério do Poder Executivo, ainda hoje, é adotado no Brasil, refletindo uma prática onde o controle administrativo interno se baseia em princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade, essenciais para a manutenção da transparência e eficiência na gestão pública.

**66.** O conceito que define o Direito Administrativo como o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins é chamado de critério teleológico.

**67.** Na história do Direito Administrativo, não houve doutrina que defendeu critério que distinguisse a atividade jurídica e social do Estado.

**68.** Pelo critério da Administração Pública, o Direito Administrativo é o conjunto de princípios que regem a Administração Pública.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 69 a 72.**

A Constituição Federal dispôs sobre vários métodos de controle da Administração Pública, inclusive o realizado pelo Poder Judiciário. Sobre os meios de controle jurisdicional, julgue os itens apresentados a seguir:

**69.** A reclamação administrativa é considerada pela doutrina uma hipótese de controle judicial dos atos administrativos.

**70.** Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

**71.** O mandado de segurança pode ser citado como um mecanismo de combater ilegalidades praticadas por autoridade no exercício da função pública.

**72.** A súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal não vinculará a Administração Pública, o que configuraria ingerência indevida no Poder Executivo.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 73 a 76.**

No que se refere aos métodos de interpretação constitucional, julgue os próximos itens:

**73.** Por intermédio do método tópico-problemático, parte-se do problema concreto para a norma, buscando-se o caráter prático de solução.

**74.** O método de interpretação normativo-estruturante defende a comparação entre diversas Constituições.

**75.** "[...] tanto o direito quanto o Estado e a Constituição são vistos como fenômenos culturais ou fatos referidos a valores, a cuja realização eles servem de instrumento". O trecho se refere ao método científico-espiritual de interpretação da Constituição.

**76.** Inexiste identidade entre norma jurídica e texto normativo, razão pela qual impõe-se a concretização da norma diante das realidades sociais. Trata-se do método hermenêutico-concretizador.

**O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 77 a 80.**

Ao Poder Constituinte incumbe editar e modificar a Constituição Federal, de acordo com os anseios da nação.

Julgue os itens a seguir, a respeito do texto acima.

**77.** O hiato constitucional verifica-se quando há um choque (ou "divórcio") entre o conteúdo da Constituição política (uma das formas do direito legislado) e a realidade social ou sociedade, podendo ensejar a convocação do Poder Constituinte Originário.

**78.** As Leis Orgânicas Municipais são exemplos do Poder Constituinte Derivado Decorrente.

**79.** A titularidade do Poder Constituinte Originário é da Assembleia Nacional Constituinte.

**80.** A possibilidade de emendar a Constituição Federal decorre do Poder Constituinte Derivado Decorrente.

